

## **AÇÕES AFIRMATIVAS E IMPRENSA NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DA REVISTA VEJA**

**RENATO NÉSIO SUTTANA**

Pós-doutor em Literatura pela Universidad de Buenos Aires (UBA), doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Graduado em Letras pela Universidade Federal de São João Del- Rei (UFSJ). Professor adjunto da Faculdade de Comunicação, Letras e Artes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atuando na graduação e na pós-graduação.

Email: renatosuttana@ufgd.edu.br

**CLEYTON PEREIRA LUTZ**

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (2007), e em História (2009) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR). Jornalista no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Nova Andradina. Email:

cleyton.lutz@ifms.edu.br

### **Resumo**

As ações afirmativas para o ingresso no ensino superior público brasileiro têm sido adotadas pelas nossas universidades desde 2002. De lá para cá a adesão das instituições estaduais e federais a tais políticas aumentou ano a ano, tendo como importante marco a criação da Lei de Cotas, há quatro anos. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar o modo como a revista semanal *Veja*, publicação do gênero mais antiga em circulação e de maior tiragem no país, trata as ações afirmativas em suas edições publicadas entre 2008 e 2012. Para isso nos valem da análise de conteúdo da publicação, através da identificação da frequência com que o tema é tratado, em que tipos de gêneros jornalísticos é abordado, qual a posição apresentada pelos textos e os argumentos utilizados; e da observação de aspectos referentes ao tratamento jornalístico por parte da revista, como o uso de fontes e citações, instrumentos de persuasão e associação a imagens, em três reportagens especialmente selecionadas para esse fim. A partir dessa proposta, podemos perceber a orientação dada pela publicação ao tema, em contraponto com as especificidades do jornalismo praticado nas revistas impressas.

**Palavras chave:** Cotas. Mídia. Ensino Superior. Editora Abril. Inclusão social.

### **AFFIRMATIVE ACTION AND PRESS IN BRAZIL: A STUDY FROM VEJA WEEKLY**

#### **Abstract**

Affirmative actions for entry into Brazilian public higher education have been adopted by our universities since 2002. Since then, the adherence of state and federal institutions to these policies has increased year by year, with the creation of the Quota Law, four years ago. Thus, the present work aims to analyze how the weekly *Veja* magazine, the oldest publication in circulation and the largest circulation in the country, deals with affirmative actions in its published editions between 2008 and 2012. For this we use the Analysis of Content of the publication, by identifying the frequency with which the topic is treated, in what types of journalistic genres it is approached, the position presented by the texts and the arguments used; and the observation of aspects related to journalistic treatment by the journal, such as the use of sources and citations, instruments of persuasion and association with images, in three specially selected articles for this purpose. From this proposal, we can perceive the orientation given by the publication to the theme, in counterpoint with the specificities of the journalism practiced in the printed magazines.

**Keywords:** Quotas. Media. Higher education. Editora Abril. Social inclusion.

### **Introdução**

As ações afirmativas para o ingresso no ensino superior público, cuja maior expressão é a

política de cotas, tiveram como importante marco a criação recente da lei n. 12.711/2012, conhecida popularmente como Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e instituições federais de ciência e tecnologia.

Essa lei garante a reserva de metade das vagas a estudantes egressos do ensino médio público, estando as vagas divididas entre aqueles com renda domiciliar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, pretos, pardos e indígenas. Vale lembrar que mesmo antes da lei, 71 universidades públicas já utilizavam algum tipo de ação afirmativa para ingresso de estudantes em seus cursos de graduação (FERES JR., et al., 2011).

Desde o começo da utilização das ações afirmativas nas instituições públicas de ensino superior, em 2002, a expansão se verificou de ano a ano. E, junto com ela se intensificou o debate sobre o tema. A adoção das ações afirmativas pelas universidades brasileiras tem mobilizado opiniões nos meios acadêmico, jurídico, midiático e político, gerando um debate muitas vezes acalorado que reúne jornalistas, formadores de opinião, intelectuais, juristas, políticos e ativistas dos movimentos sociais, e agregando opiniões e argumentos diversos.

Situada dentro do sistema de mídia, a imprensa se constitui em um espaço importante para a compreensão do debate, ao permitir a manifestação das vozes envolvidas. Mas, conforme observa Traquina (2004), isso nem sempre acontece de maneira equilibrada e respeitando os valores e normas da prática jornalística, tais como liberdade, independência, credibilidade, verdade e objetividade.

Em um país marcado pela desigualdade e exclusão social, como é o Brasil, as ações afirmativas estão voltadas a públicos excluídos e discriminados historicamente. Podem englobar diferentes setores, como alocação de empregos, promoções, contratos públicos, empréstimos comerciais e programas de admissão e permanência no ensino superior. Algumas políticas podem utilizar cotas numéricas, enquanto outras são mais flexíveis. Muitas partem de ações voluntárias, obrigatórias ou mistas; programas governamentais ou privados; leis ou agências de fomento e regulação, etc. (ZONINSEIN; FERES JR., 2006).

As ações afirmativas podem ser promovidas pelos Governos Federal e Estadual, poderes locais, empregadores privados e escolas, de maneira descentralizada e voluntária, ou são regidas por lei. Com relação a sua utilização no ensino superior, Silvério (2003, p. 63) afirma:

No primeiro caso, o alvo foi o combate às discriminações de qualquer espécie que se antepunham ao desenvolvimento profissional e à conquista de um emprego. No segundo caso, o objetivo foi criar uma condição especial de acesso às universidades, a partir do reconhecimento dos impedimentos legais e extralegis

que persistiam, por meio de compensações para que os grupos minoritários pudessem alcançar posições estratégicas na estrutura ocupacional e nos cargos de decisão política.

Fundamentada em três argumentos principais – reparação, justiça social e diversidade (FERES JR., 2008), a adoção das ações afirmativas nas universidades públicas assume três formas principais. As cotas constituem, amplamente, a modalidade mais conhecida, entretanto existem ainda outras duas que devem ser mencionadas: o sistema de bonificação e o acréscimo de vagas. O público beneficiado pelas ações afirmativas no ensino superior é amplo, podendo englobar professores da rede pública, quilombolas, acadêmicos de licenciatura indígena, filhos de policiais ou bombeiros mortos ou incapacitados em serviço, membros de família de baixa renda, deficientes, indígenas, pretos, pardos e estudantes egressos de escolas públicas.

No Brasil, as cotas são o formato mais popular. Através desse sistema é estabelecido um determinado número ou percentual a ser ocupado em uma área específica por grupos(s) definido(s) previamente, fato que pode ocorrer de maneira proporcional e de forma mais ou mesmo flexível (MOEHLECKE, 2002).

Tomadas muitas vezes como sinônimo de ação afirmativa, as cotas ganharam visibilidade no Brasil devido a sua utilização para o ingresso no ensino superior público. Apesar de não ser a única modalidade, as cotas hoje é, de longe, a modalidade mais utilizada para esse fim, dando nome, inclusive, à lei sancionada em 2012. Trata-se também da modalidade que gera mais debate público.

Ao considerarmos a imprensa como espaço privilegiado para a divulgação de informações em termos de amplitude e repercussão, selecionando os temas a serem abordados e organizando a agenda pública, é importante analisarmos de que maneira as ações afirmativas são tratadas pela imprensa brasileira, reconhecida aqui como o conjunto de produtos jornalísticos que agrega programas de rádio e televisão, portais de internet, jornais e revistas de grande circulação.

Como objeto de análise, escolhemos a revista semanal *Veja*. Mais antiga do gênero em atividade no país, tendo surgido em 1968, hoje o semanário possui a maior circulação em todo o segmento, com tiragem de 1,1 milhão de exemplares semanais, possuindo em torno de 900 mil assinaturas, de acordo com o Índice de Verificação de Circulação (IVC). A publicação estima ter ainda um alcance 17 milhões de pessoas por semana, entre a edição impressa e as plataformas digitais, como site, edição digital, aplicativo de notícias para celular e *Twitter*. De propriedade da Editora Abril, a maior do Brasil no mercado de revistas, *Veja* pode, portanto, ser considerada um veículo de comunicação significativo no país para entendermos o modo como a imprensa brasileira trata uma política inclusiva como as ações afirmativas.

Levando em consideração as características específicas ao jornalismo praticado nas revistas, como a periodicidade diferenciada, a ênfase na análise e interpretação, o foco nas reportagens e o tratamento visual diferenciado, citadas por uma série de autores como Lage (1981), Boas (1996), Nascimento (2002), Scalzo (2006), o objetivo deste trabalho é identificar o tratamento dado pela revista ao tema, a partir de uma breve análise de conteúdo e da observação dos critérios jornalísticos utilizados em algumas reportagens selecionadas previamente. As principais referências para análise são as considerações de Bardin (2011) e Sousa (2004-2006).

O estudo se concentra no período que vai de 2008 a 2012, marcado pela grande adesão das universidades brasileiras às ações afirmativas, principalmente nos anos de 2008-2009 (28 instituições públicas passaram a utilizar algum tipo de ação afirmativa) e intensificação do debate sobre o projeto de lei responsável por regulamentar as cotas nas universidades federais.

### **Aspectos metodológicos**

O estudo de *Veja* se pauta nas análises de conteúdo e da utilização de critérios jornalísticos. Através dele foi possível destacar características gerais da revista, tais como a frequência do tema, os gêneros jornalísticos em que é tratado, o posicionamento e os argumentos expressos nos textos, além de aspectos referentes ao uso de fontes e citações e procedimentos de persuasão e associação a imagens, presentes em três reportagens publicadas entre 2009 e 2012.

Sobre análise de conteúdo em especial, vale destacar que está voltada primordialmente a materiais de comunicação (verbal ou não verbal), como cartas, livros, entrevistas, fotografias, filmes, jornais, revistas, cartazes, música, etc.

Bauer (2002) chama a atenção para o fato de que os estudos sobre a mídia têm sido responsáveis por uma revitalização da metodologia. Entre os fatores que contribuem para isso estão a digitalização de arquivos de jornais, emissoras de rádio e televisão, responsáveis por aumentar a oferta de textos disponíveis. Voltada para os meios de comunicação, a análise de conteúdo enfoca cosmovisões, indicadores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos, de maneira comparativa: “A AC [análise de conteúdo] é a pesquisa de opinião pública com outros meios” (BAUER, 2002, p. 192).

A imprensa foi, por sinal, um dos primeiros objetos de estudo da análise de conteúdo:

A partir do princípio do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos. Nesta época o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo de Columbia dá o pontapé inicial e se multiplicam assim os estudos quantitativos dos jornais. É feito um inventário de rubricas, segue-se a

evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de “sensacionalismo” dos seus artigos, comparam-se os periódicos rurais e os diários citadinos. (BARDIN, 2011, p. 21).

Desenvolvida, primordialmente, a análise de material textual impresso (BAUER, 2002), a análise de conteúdo é uma importante metodologia no estudo da produção jornalística, objeto deste trabalho.

O tipo de análise utilizada aqui será a temática, obedecendo à classificação proposta por Bardin (2011). Voltada para a contagem de um ou vários temas ou itens de significação, como palavras ou frases, por exemplo, a análise temática de conteúdo é indicada principalmente no caso de mensagens simples e diretas, que é aquele dos textos jornalísticos em questão.

Tendo como tema as “ações afirmativas”, a análise de *Veja* teve como fonte o acervo da publicação, disponibilizado de maneira integral em sua página na internet. Lá estão disponíveis todas as edições da revista desde sua criação, em 1968, até o presente momento. A partir da definição do *corpus* – todas as edições publicadas entre 2008 e 2012, da n. 2.042 de 9 de janeiro de 2008 a n. 2.301 de 26 de dezembro de 2012 –, foi feita a busca no acervo da revista, de acordo com a regra da exaustividade, já que todas as edições no período escolhido foram pesquisadas.

Para a seleção dos textos a serem analisados foi efetuada uma busca no acervo pela presença dos termos “ações afirmativas”, “políticas afirmativas” e “cotas”, sendo descartados, obviamente, os textos em que o termo “cotas” não se refere às políticas de ingresso no ensino superior.

No estudo da revista, a análise de conteúdo serviu principalmente para identificar a frequência do tema no período pesquisado e em que gêneros jornalísticos ele foi tratado, seguindo a divisão baseada entre notícia, entrevista, reportagem, editorial, crônica, fotolegenda, artigo de opinião e colunas de citações.

Também foi verificada a posição expressa nos textos. Essa posição foi identificada a partir dos adjetivos usados para qualificar as ações afirmativas, tais como, por exemplo, “discriminatórias”, “equivocadas”, “inexpressivas”, “limitadas”, “nefastas”, “racialistas”, “ruinosas”, entre outros, sendo estes exemplos utilizados a título de ilustração, pois foram extraídos dos próprios textos de *Veja*. A partir deles, foi possível definir a posição predominante exibida nos textos, dividida aqui entre contrária, favorável ou neutra. (Neste último caso, trata-se das ocasiões em que as ações afirmativas são apenas mencionadas nos textos.)

Já a definição dos argumentos se baseou na exploração do material e na contribuição dos autores que se dedicam à análise da argumentação utilizada em torno das ações afirmativas, seja no debate público ou na produção acadêmica, como Munanga (2007) e Feres Jr. (2009, 2010).

Com relação aos parâmetros de tratamento jornalístico, foram observados alguns aspectos, com base nas considerações de Sousa (2004, 2006). Um deles foi o uso de fontes para as reportagens e suas respectivas citações, uma vez que “[...] o recurso sistemático a determinadas fontes que dizem o mesmo pode revelar uma determinada tendência editorial [...]” (SOUSA, 2004, p. 86). A auscultação das fontes pode revelar ainda uma ambição polifônica ou, quando são consultados profissionais tidos como especialistas, o objetivo de recorrer a argumentos de autoridade que solidifiquem um determinado discurso.

Outro aspecto importante foram os procedimentos de persuasão. Normalmente eles estão relacionados ao uso de cifras e outras referências que sustentam os argumentos ou fatos relatados. Entre eles, incluem-se a menção às causas dos acontecimentos, o encadeamento entre causas e consequências, o uso de argumentos e conceitos conhecidos, o apelo a aspectos emotivos que gerem identificação no leitor, a ênfase em determinados argumentos e pormenorização de outros, a citação de especialistas que ajudem a sustentar determinados argumentos e a referência hipotética às consequências de certas ideias, evidenciando vantagens e desvantagens.

Também foi observada a associação do texto a imagens, com finalidades estéticas, informativas, expressivas, entre outras. A fotografia, por exemplo, é a principal forma de comunicação não textual empregada no jornalismo impresso. Atuando em complementaridade à linguagem escrita, esse recurso pode ser usado para informar, enfatizar aspectos presentes no texto, atribuir sentido e enquadrar certos acontecimentos, além das funções estéticas.

Além da fotografia, o texto pode estar associado ainda a *cartoons* e infográficos. Os últimos, bastante usuais nas revistas de informação, se caracterizam pela combinação entre elementos textuais e visuais, como tabelas, gráficos, diagramas, mapas, ícones, símbolos, etc., podendo assumir formas tipificadas, explicativas, compostas ou mistas. Tal preocupação diz respeito especialmente às características das reportagens de acordo com o estilo jornalístico adotado pelas revistas de informação.

### **Análise de conteúdo de *Veja***

Foram identificados 29 textos, publicados na revista entre 2008 e 2012, que mencionam as ações afirmativas para ingresso no ensino superior público brasileiro. Em oito deles aparecem como tema principal, sendo quatro reportagens e quatro artigos. Nos demais, elas surgem vinculadas a outros temas. As políticas foram abordadas em editoriais, frases da semana, entrevistas, reportagens e artigos de opinião.

O tratamento do tema na revista tem maior incidência no ano de 2012, marcado pelo debate

sobre a aprovação da Lei de Cotas, então sancionada. No restante do período o tratamento dado ao tema possui padrão irregular, recebendo maior ênfase em 2009, ano em que ocorreram duas representações judiciais contra as cotas no STF, ambas questionando sua constitucionalidade. Vale destacar ainda que, durante o período, em seis oportunidades, o debate sobre a lei ou sua constitucionalidade serviu como “gancho jornalístico” para os textos.

**Tabela 1 – Tratamento dado ao tema ao longo dos anos (2008-2012)**

<b>Ano</b>	<b>Número de textos</b>
2008	4
2009	6
2010	2
2011	5
2012	12
Tota	29

Fonte: elaboração própria

O tema aparece mais em artigos de opinião, seguindo-se as reportagens e entrevistas. As Ações afirmativas ainda estiveram presentes na capa da revista por duas vezes nesse período, e em outras três oportunidades o tema foi tratado nas chamadas feitas na revista impressa para o conteúdo *online* disponível em *Veja.com*, incluindo as chamadas para a seção “Perguntas & Respostas”, mantida de maneira fixa na página. As ações afirmativas também foram tema das correspondências (cartas ou *e-mails*) enviadas pelos leitores e publicadas em dez edições da revista, sendo que em duas delas estiveram entre os assuntos mais comentados da semana.

Em apenas três oportunidades o tema foi identificado prioritariamente por “ações afirmativas” ou “políticas afirmativas”, em sentido mais amplo. Nas demais, a identificação foi feita pelo termo “cotas”, modalidade mais utilizada para ingresso no ensino superior.

**Tabela 2 – Ações afirmativas por gênero em *Veja***

<b>Seção</b>	<b>Número de textos</b>
Artigo	11
Reportagem	9

Entrevista	6
Editorial	2
Frases	1
Total	29

Fonte: elaboração própria

A grande maioria dos textos apresentou posicionamento predominantemente contrário às ações afirmativas. Em alguns poucos textos não foi emitido um ponto de vista claro sobre o tema, sendo este apenas mencionado; e em número ainda menor foi apresentado um posicionamento favorável.

A definição do posicionamento se baseou nos termos utilizados para qualificar as ações afirmativas, as cotas, o projeto e a lei em capas, chamadas, títulos, linhas-finas, subtítulos, corpo dos textos, legendas e infográficos. Entre os termos usados, pode-se citar “discriminatórias”, “ruinosos”, “populistas”, “nefasta”, “injusta”, “destruidoras”, “confusa”, “infelizes”, “ruim”, “equivocadas”, “ideológicas”, “limitadas”, entre outros.

**Tabela 3 – Posicionamento predominante dos textos na revista**

<b>Posicionamento</b>	<b>Número de textos</b>
Contrário	21
Favorável	2
Neutro	6
Total	29

Fonte: elaboração própria

A análise dos argumentos contidos nos textos se baseia na exploração do material, levando em consideração, além dos termos utilizados para qualificar as ações afirmativas, a presença de palavras-chave, como *educação básica*, *ensino superior*, *discriminação*, *mérito*, *raça*, *racismo* e *racialização* (grifos nossos). A partir dos termos chave, é possível verificar como são organizados os argumentos presentes nos textos e de que maneira eles podem ser divididos. Para efeito de análise, os argumentos foram agrupados em torno de 14 tipos, de acordo as semelhanças existentes entre as ideias centrais de cada um.

Na Tabela 4 estão listados, por ordem de incidência em números absolutos e porcentagens, todos os argumentos utilizados nos 29 textos. Salientamos ainda que pode haver mais de um



argumento por texto.

**Tabela 4 – Os argumentos em *Veja* de acordo com a frequência**

<b>Argumento sobre as ações afirmativas</b>	<b>Textos</b>	<b>Porcentagem</b>
Intensificam problemas como racismo, discriminação e o preconceito	10	34,5
Desrespeitam o mérito acadêmico	10	34,5
O acesso desigual ao ensino superior se deve ao nível da educação básica	9	31
O conceito de raça, na qual se baseiam as políticas, é questionável	5	17,3
Comprometem a qualidade do ensino superior	5	17,3
Devem possuir unicamente critério socioeconômico	4	13,8
Tendem a provocar a racialização da sociedade brasileira	3	10,3
Exemplos de outros países provam que as cotas não funcionam	2	6,9
São uma estratégia populista e eleitoreira	2	6,9
Desrespeitam a democracia	2	6,9
Exemplos brasileiros mostram resultado pouco efetivo	1	3,4
São uma forma de compensação e reparação	1	3,4
Incentivam a diversidade	1	3,4
São inconstitucionais	1	3,4

Fonte: elaboração própria

### **Análise dos critérios jornalísticos**

A partir da posição exibida pela revista e dos argumentos utilizados em torno das ações afirmativas, convém analisarmos o tratamento jornalístico dado ao tema. Para isso destacamos três aspectos principais: o uso de fontes e citações, procedimentos de persuasão e associação dos textos a imagens. Para a análise, foram selecionadas três reportagens sobre o tema, publicadas entre 2009 e 2012. Duas delas utilizam como gancho jornalístico, primeiro, o projeto de lei sobre as cotas nas universidades públicas e, posteriormente, a lei já aprovada, que àquela altura aguardava apenas a sanção da presidenta Dilma Rousseff. A outra se baseia no lançamento de um livro que trata das

cotas raciais.

A primeira reportagem foi publicada na edição de 4 de março de 2009. Intitulada “Uma segunda opinião”, a matéria recebeu bastante destaque, sendo mencionada no editorial como uma das três reportagens principais daquela edição.

A matéria ocupa oito páginas e utiliza como gancho a proximidade da votação do projeto de lei sobre as cotas no Senado, fato que ocorreria apenas três anos depois. Afirma também que o projeto já teria sido votado e aprovado na Câmara dos Deputados. A reportagem contextualiza o tema, mencionando ainda o julgamento das representações realizadas juntas ao STF questionando a constitucionalidade das cotas. Entre outras coisas, o projeto de lei é qualificado como “ilógico”, “racista”, “ruinoso” e “confuso”.

A matéria é dividida em seis subtítulos: “o Estado não deve legislar sobre raça”, “definir quem tem direito às vagas com base na cor da pele será fonte de polêmicas infundáveis e justiça irreparáveis”, “as cotas não resolvem as desigualdades sociais”, “o verdadeiro problema da educação brasileira é o ensino básico”, “as cotas ferem o princípio da meritocracia” e “os mesmos problemas se repetem nos países onde as ações afirmativas foram adotadas”.

A reportagem reúne grande parte dos argumentos usados pela revista ao longo do período analisado, como os de que cotas desrespeitam o mérito, são inconstitucionais e prejudicam a qualidade do ensino superior brasileiro. O texto também destaca a experiência de outros países para questionar as políticas, critica o conceito de raça utilizado e afirma que o acesso desigual no ensino superior se dá em virtude dos problemas do nosso ensino fundamental. Alguns desses argumentos aparecem agrupados em sequência, como no trecho:

Se ele for aprovado [projeto de lei que propõe as cotas no ensino superior federal], metade dos calouros terá acesso à universidade usando como passaporte de entrada o vago e cientificamente desacreditado conceito de raça. Adeus ao mérito individual. Com ele se despedem também a produção de conhecimento e o avanço acadêmico. Deve haver formas menos destruidoras de reparar injustiças históricas (n. 2.102, p. 67).

A reportagem utiliza como fontes membros do movimento negro contrários às cotas – que não são devidamente identificados nas fotos utilizadas na matéria (a identificação só viria a ocorrer na edição seguinte através de uma “errata”) –, além de pesquisadores notoriamente contrários às ações afirmativas, como Demétrio Magnoli e Yvonne Maggie. Nenhum ativista dos movimentos negros favorável às cotas foi consultado para a reportagem. O mesmo vale para os pesquisadores que em seus trabalhos acadêmicos se manifestem de maneira favorável às ações afirmativas.

**Figura 1 – Reportagem da edição n. 2.102**



Fonte: Acervo Digital Veja

Uma das fontes, a antropóloga Yvonne Maggie – notória pela sua oposição às ações afirmativas, tendo defendido seu ponto de vista, inclusive, em jornais de grande circulação através de artigos de opinião, sempre baseada na crítica ao critério racial – reforça seu posicionamento afirmando: “A luta contra o racismo consiste em destruir essa identidade racial – e não em reforçá-la.” (n. 2.102, p. 69).

Além das fontes já citadas, é recorrente o uso de profissionais tidos como especialistas, caso do matemático Renato Pedrosa, que afirma que os cotistas têm rendimento inferior nos processos seletivos e ao longo dos cursos, do historiador José Góes, que discorda da ideia de reparação através de episódios relacionados ao nosso passado colonial, e da antropóloga Eunice Durham, que atribui o acesso desigual ao ensino superior à deficiência de qualidade da educação básica pública.

A matéria também apela a um personagem, o estudante gaúcho Getúlio Ost, para justificar o quanto as cotas podem ser prejudiciais ao mérito, um dos principais argumentos utilizados pela revista. Segundo a reportagem, o estudante teria ficado em 65º em um vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas teria perdido a vaga para um cotista. No texto não é explicado para que tipo de cotista o candidato teria perdido a vaga, se para estudante de escola pública, negro ou indígena, nem tampouco o curso para o qual ele havia prestado o processo seletivo. Mesmo sem esses dados, importantes para entendermos o contexto da informação, Ost é colocado como uma vítima das ações afirmativas: “Consegui uma boa nota no vestibular, mas meu esforço não valeu de nada.” (n. 2.102, p. 73).

Outra preocupação é rebater os argumentos a favor das cotas. Para isso a reportagem se utiliza de um infográfico, intitulado “O discurso dos defensores”. Esse gráfico se divide em duas partes: “o

que dizem os defensores das cotas”, com algumas teses sobre as políticas, e “comentário”, com as respectivas refutações, logo abaixo. Através desse recurso, a revista expõe seus argumentos de maneira didática e objetiva, para facilitar o entendimento dos leitores. Entre as afirmações feitas estão as de que as cotas configuram um racismo institucionalizado e estigmatizam o público que delas se beneficia.

**Figura 2 - Infográfico da edição n. 2.102**

<b>O que dizem os defensores das cotas</b>	O sistema ajudaria a reparar uma dívida com os negros pelo longo período de escravidão	O Brasil é um país racista – e os negros, menos escolarizados e mais pobres por causa disso, precisam de um empurrão	Aumentar o número de negros com diploma de ensino superior teria um efeito simbólico na diminuição da discriminação	A diversidade contribuirá para a melhoria do ensino superior	A experiência brasileira está dando certo – sem nenhum sinal de que comprometa o nível das universidades
<b>Comentário</b>	O raciocínio é capcioso. Quem recebe a “reparação” não são aqueles que concretamente foram feridos pela escravidão – mas um grupo de pessoas definidas pelo impreciso conceito de raça, que vem inclusive sendo questionado pela ciência	As desigualdades sociais entre brancos e negros de fato existem, tal como o preconceito. O que não existe é racismo institucionalizado. Depois da abolição, em 1888, o Brasil nunca criou barreiras legais em função da cor da pele, ao contrário de outros países	Pode ser, mas provavelmente não por meio das cotas. A experiência mostra que o sistema não confere prestígio aos negros, mas, sim, os estigmatiza como um grupo menos capaz de avançar por mérito próprio	O conceito de diversidade no projeto é bastante limitado. Toda a variedade sociocultural brasileira se resume a negros, pardos e índios. Ao contrário do que acontece em outros países, a biografia e os talentos individuais dos candidatos não são levados em conta	Embora alguns estudos revelem resultados positivos, não houve tempo suficiente para uma avaliação mais científica sobre o impacto das cotas no Brasil. Em países onde elas foram implantadas há mais tempo, a experiência não foi bem-sucedida

Fonte: Acervo Digital Veja

Centrando suas críticas especialmente nas cotas raciais, o texto aponta as consequências de sua adoção. Comparando a comissão de verificação da UnB, chamada de “tribunal racial”, com procedimentos adotados na Alemanha nazista, a reportagem afirma que as cotas poderão levar a um regime de segregação racial, como os que aconteceram na África do Sul e em algumas regiões dos Estados Unidos: “Impor cotas raciais por lei pode ir contra o bom senso e contra a realidade brasileira, acirrando divisões apenas embrionárias na sociedade.” (n. 2.102, p. 69).

O tema voltou a receber destaque na edição de 2 de setembro de 2009, com a reportagem, intitulada “Queremos dividir o Brasil como na foto?”. Ela apareceu na capa de edição, onde as cotas foram caracterizadas como “uma forma de racismo”.

Ocupando sete páginas, a reportagem usa como gancho o lançamento do livro *Uma gota de sangue – história do pensamento racial*, escrito por Demétrio Magnoli, fonte mais consultada por *Veja* para as matérias sobre as cotas. A foto em questão, que abre a matéria, mostra a divisão entre negros e brancos simbolizada pelo acesso a bebedouros públicos nos Estados Unidos.

**Figura 3 - Capa da edição n. 2.128 (destaque nosso)**



Fonte: Acervo Digital Veja

O livro é a base da reportagem, sendo descrito logo no começo da matéria como “uma dessas obras ambiciosas, raras no Brasil, que partem de um esforço de pesquisa histórica monumental para elucidar um tema da atualidade” (n. 2.128, p. 88). O tema em questão são as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.

Os principais argumentos apresentados contra as cotas raciais são os de que elas intensificam o racismo e a discriminação, se baseiam em um conceito questionável de raça e podem provocar a racialização da sociedade brasileira. O conteúdo da reportagem se utiliza do livro, sendo apresentada ainda uma entrevista com Magnoli ao término da matéria. Utilizam-se também dados e afirmações feitas por outros especialistas. O objetivo é fundamentar o ponto de vista da publicação, que traz críticas severas às cotas raciais e apresenta suas possíveis consequências para a sociedade brasileira.

Uma das ideias defendidas é a de que o Brasil é um país mestiço por excelência, sendo impossível definir quem é negro ou branco. Para justificar isso, a reportagem usa um infográfico (página seguinte), baseado em um estudo realizado pelo geneticista Sérgio Pena. A intenção é comprovar, utilizando o critério de cientificidade, para tornar seu argumento mais crível, que é impossível distinguir a raça dos brasileiros a partir da herança genética, já que em geral a população combina os genes africano, ameríndio e europeu. O infográfico traz a porcentagem de genes da população de acordo com as regiões do país.

Figura 4 - Reportagem da edição n. 2.128



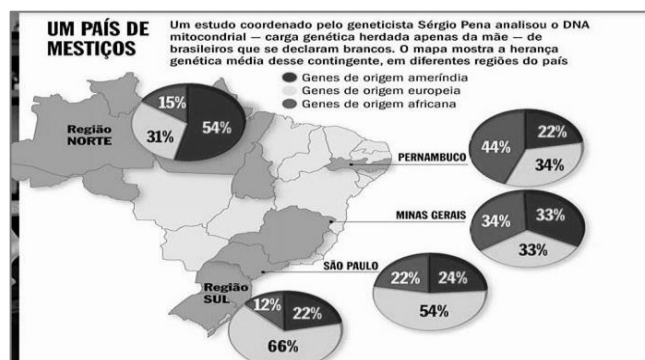
Fonte: Acervo Digital Veja

A matéria também recorre à comparação entre duas personagens: a bióloga Mariana da Silva e a veterinária Sabbyne Régis. Ambas concorreram a uma bolsa para estudos no exterior, oferecida pelo governo brasileiro, sendo que apenas a primeira foi contemplada. Segundo a reportagem, Mariana afirmou ter sido vítima de preconceito por ser negra, enquanto Sabbyne não relatou qualquer constrangimento sofrido por causa do racismo ou da discriminação. Isso fez com que apenas a primeira fosse selecionada. Percebe-se dessa forma o destaque dado ao benefício conseguido pela personagem considerada uma vítima do racismo no país, sendo a raça entendida enquanto ideologia: “o edital para o programa não faz segredo sobre os critérios ideológicos da seleção, 'a experiência como negro' do candidato está no topo da lista de prioridades” (n. 2.102, p. 91).

A reportagem dá ênfase às consequências de políticas que utilizam critérios raciais, tendo as cotas como principal exemplo. Entre elas estão a segregação racial e graves conflitos sociais:

Uma *Gota de Sangue* alerta para o que ocorre quando um estado se mete a catalogar a população segundo critérios raciais com o objetivo, de a partir deles, elaborar políticas públicas: pouco a pouco os próprios cidadãos passam a acreditar naquela divisão e se veem obrigados a defender interesses de gueto. Isso cria conflitos políticos e rancor, inclusive nas situações em que as leis tentam beneficiar um grupo antes segregado (n. 2.102, p. 91.).

Figura 5 - Infográfico da edição n. 2.128



Fonte: Acervo Digital Veja

Utilizando Adolf Hitler como exemplo de defensor de políticas racialistas, o que a revista afirma ser o caso das cotas raciais, a reportagem associa as cotas à criação de um racismo de massas no Brasil. Isso leva Magnoli a prever que por aqui pode acontecer o mesmo que em Ruanda, país africano marcado pelo maior genocídio ocorrido nos anos 1990:

Em Ruanda, pagou-se o preço de um genocídio. Posteriormente, o estado ruandês decidiu proibir a classificação racial da população. Se o Brasil insistir nas políticas raciais e elas se tornarem enraizadas, coisa que ainda não ocorreu, a sociedade vai pagar um preço alto, difícil de prever. (n. 2.102, p. 91, p. 93).

De maneira geral, o tratamento jornalístico dado ao tema segue o mesmo padrão da reportagem anterior. Repetem-se os argumentos fundamentados em dados, opiniões e imagens para criticar as políticas afirmativas de caráter racial.

A terceira e última reportagem aqui analisada se encontra na edição publicada em 29 de agosto de 2012. A matéria, que foi destacada na capa da edição, recebeu um editorial inteiro, única vez em que isso ocorreu no período. Na capa é feita menção à Lei de Cotas, aprovada naquele mês.

**Figura 6 - Capa da edição n. 2.284 (destaque nosso)**

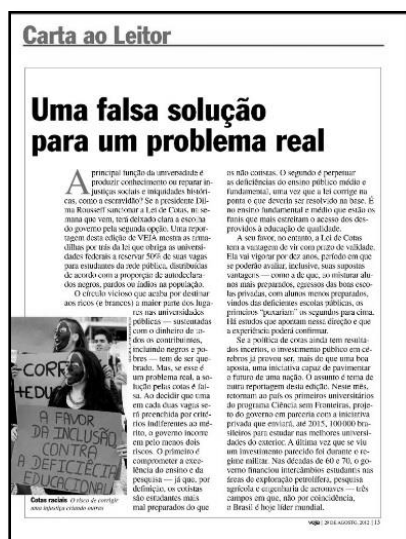


Fonte: Acervo Digital Veja

O editorial repete a posição de *Veja* sobre o tema. No texto são utilizados os argumentos de que as cotas desprezam o mérito, comprometem a qualidade do ensino superior brasileiro e que o acesso desigual aos cursos de graduação se deve às carências do ensino básico público. Ao falar sobre a lei, a revista ignora o critério socioeconômico, referente à reserva de vagas a estudantes egressos de escolas públicas e de baixa renda, destacado logo no primeiro artigo da Lei de Cotas, para enfatizar mais uma vez a reserva de caráter racial. No texto é reconhecido o problema do acesso desigual ao ensino superior público no Brasil, sendo este “um problema real”, mas é negado que cotas sejam a melhor maneira de resolver esse problema, constituindo “uma falsa solução”.

A reportagem de seis páginas está dividida em duas partes: “O grande erro das cotas” e “Em busca do melhor”. O gancho para a matéria foi a aprovação do projeto de lei, que aguardava apenas o sancionamento da presidenta Dilma Rousseff para entrar em vigor, fato que ocorreu coincidentemente no dia da publicação da revista. O pedido de vetos à lei é feito logo no início do texto: “Caso receba a sanção presidencial sem vetos importantes, como tudo indica que ocorrerá, uma em cada duas vagas nas universidades federais passará a ser preenchida por critérios que desprezam o mérito.” (n. 2.284, p. 71).

**FIGURA 7 - Editorial da edição n. 2.284**



Fonte: Acervo Digital *Veja*

São repetidos os argumentos de que as cotas desprezam o mérito, acarretam na queda da qualidade do ensino superior e que o acesso desigual aos cursos de graduação no Brasil se deve ao nível do ensino público, usados em outras oportunidades. A eles são acrescidos outros dois: o de que as cotas são uma iniciativa populista e eleitoreira e o de que o exemplo de outros países



comprova a ineficiência das cotas raciais.

Ao contrário das outras reportagens, esta recorre pouco a fontes e citações, utilizando apenas duas breves em todo o texto, sendo uma de um articulista da própria revista, Claudio Castro, e a outra, mais uma vez, de Demétrio Magnoli.

A matéria busca destacar o quanto as cotas são prejudiciais aos estudantes vindos das instituições privadas de ensino. Isso pode ser verificado na abertura da reportagem com uma foto que mostra estudantes de escolas particulares protestando contra as cotas e descritos como “os prejudicados”. Além dela há ainda um infográfico que traça “o caminho da educação no Brasil”, associando os alunos das escolas particulares às universidades públicas. Mas, com a nova lei, “os que estudam nas melhores escolas”, os discentes das escolas privadas, passam a concorrer com “alunos menos preparados”, estudantes oriundos do ensino público, comprometendo a qualidade do ensino.

**Figura 8 - Reportagem da edição n. 2.284**



Fonte: Acervo Digital Veja

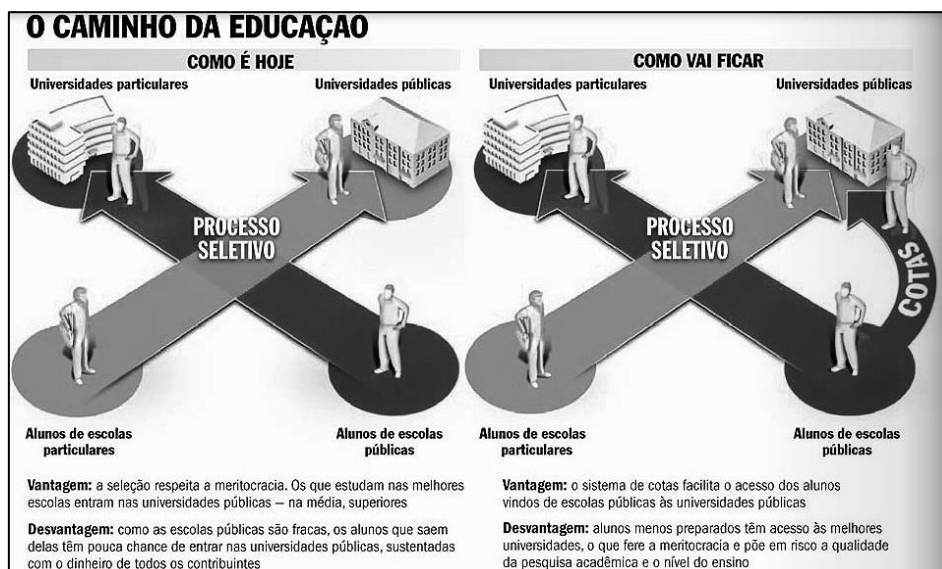
Também existe a preocupação de rejeitar as cotas raciais no Brasil a partir da experiência estadunidense. Para isso é mencionado “um vasto conjunto de pesquisas e estudos”, não sendo especificado por quem, quando ou onde foram produzidas tais pesquisas. Com base nelas são elaborados quatro tópicos sobre as ações afirmativas no país, cujos resultados apontam para uma “paisagem controvérsica”, já que “meio século depois as ações afirmativas estão em um impasse: os resultados são muito modestos e, portanto, há que se encontrar algo melhor” (2.284, p. 75).

A reportagem destaca uma série de prejuízos à educação brasileira caso a lei seja aprovada da maneira como foi enviada à presidenta:

A Lei de Cotas, tal como foi enviada para a sanção de Dilma Rousseff, não é ruim apenas porque põe em risco a produção de conhecimento no país e atropela a democracia. Ela é ruim também porque mascara e força a perpetuação de um dos problemas mais graves da educação no Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental (n. 2.284, p. 71).

Uma análise geral da reportagem torna visíveis alguns aspectos. Um deles é a realização de um debate voltado a reforçar os argumentos utilizados no período.

Figura 9 - Infográfico da edição n. 2.284



Fonte: Acervo Digital Veja.

## Considerações finais

Neste artigo é apresentada uma parte de um trabalho mais amplo, dedicado ao estudo de como *Veja* trata as ações afirmativas, não apenas com relação a análise de conteúdo e dos critérios jornalísticos como também do enquadramento dado especificamente às cotas raciais, que permite entendermos se a revista adota ou não uma postura racista em seus textos.

A análise de *Veja* no período entre 2008 e 2012 não pode ser desvinculada de outras pesquisas dedicadas ao estudo da abordagem dada pela imprensa brasileira às ações afirmativas. Entre os órgãos analisados estão jornais, revistas e portais, como Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, Época, Jornal do Brasil, G1 e UOL.

Partindo disso, não é possível dizer que a postura da revista surpreenda, já que a tendência na

grande mídia brasileira é de recusa das ações afirmativas, em especial a política de cotas. Mas no caso específico de *Veja*, vale destacar a maneira sistemática como isso é feito, baseada na repetição de argumentos, em artigos, editoriais e reportagens, na utilização de fontes jornalísticas que reforcem o ponto de vista de publicação e baixa pluralidade de opiniões sobre o tema, haja vista as pesquisas e estudos que têm se multiplicado nos últimos anos, dedicadas a analisar os resultados e o impacto das ações afirmativas.

Outros expedientes também são amplamente usados. Entre eles podemos destacar as comparações com países que possuem formação e estruturas histórico-econômicas completamente diferentes do Brasil, casos de África do Sul, Alemanha e Ruanda; previsões catastróficas que levariam o país ao genocídio gerando caos social; e a confusão em torno dos critérios para aplicação das ações afirmativas nas universidades públicas, já que o primeiro deles é a origem do estudante, escola pública, e não a raça, como a revista leva a crer. Com relação ao último, no entanto, não podemos concluir que se trata de algo intencional ou de desconhecimento dos redatores e editores sobre o tema.

Outro aspecto a ser destacado é a ênfase na recusa veemente às cotas raciais especificamente. Se em alguns momentos a revista chega a admitir as ações afirmativas voltadas a estudantes egressos da rede pública e de baixa renda, as de caráter racial são as mais criticadas, sendo a elas associadas as consequências mais problemáticas para o país.

O comportamento da publicação também serve para questionar a caracterização do jornalismo praticado nas revistas. Tendo a reportagem como principal texto jornalístico, as revistas tendem a ser apresentar – devido a uma série de fatores, como periodicidade, diagramação, qualidade do papel, relação com o público leitor – como espaço da reportagem em profundidade, voltada à análise e interpretação dos fatos e visando aprofundar o tema em questões e abordá-lo sob vários ângulos.

Tais características, no entanto, podem ser questionadas quando os textos da revista são analisados. Não é possível detectar nenhuma preocupação em propor uma discussão profunda e plural sobre o tema, abrindo espaço para os vários lados da questão. Em vez disso, privilegia-se apenas a crítica insistente às ações afirmativas, recusando-as de diversas formas. Se até mesmo a contribuição dos profissionais tidos como especialistas é previsível e repetitiva, pode-se dizer que as reportagens desprezam os aspectos informativos, interpretativos e analíticos, contribuindo muito pouco para um debate sério, equilibrado, aprofundado e plural sobre o tema.

## **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. rev. ampl. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 189-217.

BOAS, S. V. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo, SP: Summus, 1996.

CARVALHO, J. O grande erro das cotas. **Veja**, São Paulo, SP, ano 44, n. 2.284, p. 70-76, 29 ago. 2012.

FERES JR., J. Ação afirmativa: política e opinião pública. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 38-77, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Ação afirmativa no Brasil: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião doutra. In: SILVÉRIO, V. R.; MOEHLECKE, S. (Org.) **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Carlos, SP: Ed. UFSCar, 2009. p. 35-53.

\_\_\_\_\_. Aprendendo com o debate público sobre ação, ou como argumentos ruins podem tornar-se bons tópicos de pesquisa. In: PAIVA, A. R. (Org.). **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro/RJ: PUC-Rio/Pallas Ed., 2010. p. 157-181.

FERES JR., J.; DAFLON, V.; CAMPOS, L. A. A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP-UERJ, 2011. Disponível em: <[http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/11/files\\_Levantamento\\_2011C.pdf](http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/11/files_Levantamento_2011C.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MUNANGA, K. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. (Org.). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília, DF: Fundação Palmares, 2007. p. 7-22.

NASCIMENTO, C. P. **Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete**. São Paulo, SP: Annablume, 2002.

PEREIRA, C. Uma segunda opinião. **Veja**, São Paulo, SP, ano 41, n. 2.102, p. 66-73, 4 mar. 2009.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

SCHELP, D. Querem dividir o Brasil como na foto? **Veja**, São Paulo, SP, ano 41, n. 2.128, p. 89-94, 2 set. 2009.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa: percepções da “casa grande” e da “senzala”. **Perspectivas**, São Paulo, n. 26, p. 59-79, 2003.

SOUSA, J. P. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2001.

UMA falsa solução para um problema real. **Veja**, São Paulo/SP, ano 44, n. 2.284, p. 13, 29 ago. 2012.

ZONINSEIS, J.; FERES JR., J. Ação afirmativa e desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Ação afirmativa e universidade – experiências nacionais comparadas**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2006. p. 9-45.

**Recebido em:** 30.05.2016

**Aceito em:** 09.02.2017